

DE SUPERVISOR À COORDENADOR PEDAGÓGICO: o movimento de constituição da identidade profissional

Cristiane de Sousa Moura Teixeira¹

Maria Vilani Cosme de Carvalho²

Resumo

O presente artigo trata de relato de parte da pesquisa que foi desenvolvida em Curso de Mestrado e que teve o objetivo de compreender o movimento de constituição da identidade profissional do supervisor escolar, bem como as possibilidades dessa identidade se caracterizar pela autonomia. Desse modo, realizamos estudos teóricos e empíricos. No que diz respeito aos estudos teóricos, nos apoiamos na concepção psicossocial de identidade desenvolvida por Ciampa (2005), que a entende como metamorfose que tende à emancipação. A pesquisa empírica foi desenvolvida com base na abordagem qualitativa (CHIZOTTI, 2006). Em consonância com esta abordagem, utilizamos como técnica de construção de dados, as narrativas de história de vida de duas supervisoras, pois esta possibilita apreender a identidade no cruzamento do social com o individual. Estas narrativas foram analisadas por meio da análise de discurso. Os resultados revelaram que a identidade do supervisor escolar resulta de longo processo que envolve um entrelaçamento da vida pessoal e profissional evidenciando um movimento que vai da super-visão escolar à coordenação do processo pedagógico.

Palavras-chave: Identidade profissional. Supervisão Escolar. Concepção Psicossocial de identidade.

FROM SUPERVISOR TO PEDAGOGICAL COORDINATOR: the movement for constitution of professional identity

Abstract

The present article deals with a report on part of a research performed in a Master's Course which aimed to understand the movement for constitution of the school supervisor's professional identity, as well as the possibilities for this identity to be characterized by autonomy. This way, we have had theoretical and empirical studies. In relation to the theoretical studies, we have supported the psychosocial conception of identity developed by Ciampa (2005) who mentions it as metamorphosis which tends to emancipation. The empirical research was developed with basis on qualitative approach (CHIZOTTI, 2006). In consonance with this approach, we used the technique of data construction, the narrative of two supervisors' life, because it enables to apprehend the identity in the social and individual crossing. These narratives were analyzed through speech analysis. The results have showed that the school supervisor's identity results in a long process which involves a personal and professional life mixture and evidences a movement that goes from school super-vision to co-ordination of the pedagogical process.

Keywords: Professional identity. School supervision. Psychosocial conception of identity.

Introdução

A supervisão escolar tem sido historicamente encarada como atividade fiscalizadora e controladora da ação do professor. Esta forma de compreender a supervisão escolar tem raízes no próprio contexto histórico-político e social das décadas de 1950 e 1960, momento em que, de acordo com Nogueira (2000), a função adentra o cenário escolar.

¹ Recebido em: Novembro de 2008.

Aceito em: Dezembro de 2008.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal do Piauí.

E-mail: cris_smoura23@hotmail.com

Prof.^a Dr.^a do Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal do Piauí.

E-mail: vilacosme@ufpi.br

Entretanto, a efervescência política e social da década de 1980 dá lugar ao questionamento sobre o papel que esses profissionais exercem no dia-a-dia dessa função, provocando a necessidade de se repensar sobre a atuação do supervisor escolar e, por conseguinte, a possibilidade de configuração de nova identidade profissional.

Atualmente as mudanças que vêm ocorrendo no contexto social, político e econômico têm provocado mudanças que incidem sobre o modo de pensar, sentir e agir desse profissional. Desse modo, questionamos: como vem ocorrendo o processo de constituição da identidade profissional do supervisor escolar e qual a possibilidade dessa identidade se caracteriza pela autonomia? Tais questionamentos nos conduziram ao desenvolvimento de pesquisa qualitativa com base nos pressupostos da concepção psicossocial de identidade desenvolvida por Ciampa (2005) e que se fundamenta nos princípios do materialismo histórico dialético. Tal escolha se justifica em razão de tais pressupostos nos permitirem compreender o homem como um ser histórico, social e cultural, portanto mutável e, ainda, que a identidade do supervisor escolar é uma construção social e, portanto está em um constante movimento, o qual envolve múltiplas determinações.

Desse modo, organizamos o texto da seguinte forma: inicialmente, discutimos a concepção psicossocial de identidade tendo por base três idéias chaves apontadas por Ciampa (2005), ou seja: identidade é articulação da igualdade e da diferença, é questão social e política e é metamorfose que tende à emancipação; em seguida, apresentamos o movimento de construção e análise de dados e, por fim, analisamos a história de vida de duas supervisoras escolar que atua na rede pública estadual de Teresina (PI).

A concepção psicossocial de identidade

Ao se tratar da questão da identidade é comum levar-se a crer que diz respeito a um tema de fácil abordagem e compreensão. Entretanto, não é, e isso por que é um fenômeno multifacetado. Em razão disso, pode ser trabalhada tendo como base as mais diferentes áreas do conhecimento, como a Psicanálise, a Sociologia, a Filosofia, a Antropologia, a Psicologia. Essas diferentes possibilidades de abordar a questão da identidade se justificam porque o próprio termo identidade é permeado pela complexidade, pelo difuso, ou, conforme aponta Zavalloni (1973), apud Carrolo (1997), “é um conceito em busca de uma ciência”, ou seja, o estudo sobre a identidade vem sendo realizado nas mais diferentes ciências e pelos mais diferentes autores e, isto nos revela a necessidade de no atual contexto compreender o ser humano diante de tantas mudanças ocorridas.

Embora com tantas possibilidades para se abordar a questão da identidade, sobretudo a profissional, optamos pela concepção psicossocial desenvolvida por Ciampa (2005) por se encontrar alicerçada nos princípios do materialismo histórico dialético e, com isso, pode contribuir na compreensão do movimento de constituição da identidade profissional do supervisor escolar. Propomos, então, discutir essa concepção de identidade por meio de três idéias chaves apontadas por Ciampa (2005): identidade é articulação da igualdade e da diferença, é questão social e política e é metamorfose que tende à emancipação.

Identidade é articulação da igualdade e da diferença

De acordo com a concepção psicossocial, identidade é compreendida como o processo de construção do “eu”, que é representado pela totalidade dos traços, atributos, imagens, conceitos e sentimentos que o representam e que são construídos na relação dialética que estabelecemos com a realidade social. Desse modo, a compreensão da

identidade envolve a compreensão de suas múltiplas determinações. E, para que possa ser apreendida devemos levar em conta sua totalidade, seu movimento, sua transformação e suas contradições. Partindo desse entendimento, há de se considerar, como ressalta Ciampa (2005), que já não basta abordar a questão sob o ponto de vista da mera descrição ou somatório de dados levantados, é necessário apreender os significados que se encontram implícitos, considerar aquilo que não se revela na aparência.

Para tanto, um primeiro aspecto a ser analisado é o da identidade como articulação da igualdade e da diferença. Considerando que desde o nosso nascimento a nossa identidade é permeada pela presença marcante do outro e isso acontece de várias formas, por exemplo: é o outro que possui o domínio da linguagem simbólica e, portanto, possibilita a nossa inserção no mundo cultural e simbólico, ou ainda, o nosso nome ou apelidos são definidos pelos outros, no caso do nosso nome, são os pais que o definem e, é à medida que tomamos consciência da existência do outro que conseguimos nos identificar como alguém diferente.

Devemos, então, destacar que o papel que o outro exerce no processo de constituição da identidade é aspecto relevante, visto que é ele que nos atribui um nome e em princípio são os outros que nos chamam, só depois é que nós nos chamamos, ou seja, nos reconhecemos como representados por este nome, ou, ainda, como afirma Ciampa (2005, p. 131): “interiorizamos aquilo que os outros nos atribuem”. Porém, se considerarmos a identidade como a representação do nosso próprio nome, estaremos considerando apenas o aspecto representativo da identidade e, neste caso, ela se torna “um traço estático que define o ser” (CIAMPA, 2005, p. 130). Este aspecto nos orienta na direção de que é preciso revelar a identidade por inteiro, bem como as contradições que estão presentes.

Para Ciampa (2005), a relação social que estabelecemos confere à identidade uma espécie de síntese da articulação da igualdade e da diferença, ou seja, identidade tanto pressupõe o sentimento de pertencimento, na qualidade do que é idêntico, quanto pressupõe reconhecer-se como alguém diferente, como único, singular, com isso, afirmamos que a nossa singularidade é constituída socialmente. Ou ainda, considerar que a identidade é articulação da igualdade e da diferença é afirmar que cada indivíduo possui uma identidade que é pessoal, mas que foi construída mediante a relação com os outros, pois é tomando por base os outros que nos reconhecemos como diferentes.

Para esclarecer, tomamos como exemplo o fato de que todos nós somos seres humanos, brasileiros e que vivenciamos a mesma realidade objetiva, contudo cada indivíduo interioriza essa realidade de forma subjetiva mediante a própria história pessoal. Portanto, uma vez que nós nos reconhecemos como parte de um mesmo grupo social, também nós nos diferenciamos como pessoas singulares ao mesmo tempo em que materializamos aquilo que é universal. Assim, há de se afirmar, com Ciampa (2005, p. 213), que “o singular materializa o universal”.

Silva (2000, p. 74), ao tratar da produção social da identidade e da diferença, nos ajuda a entender esse processo ao explicar que “identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência” [...], pois “assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis”. A dinâmica desse processo nos permite entender que, ao afirmar que “sou supervisora”, na verdade estou ocultando uma extensa lista de negações, qual seja, que “não sou professora”, “não sou aluna”, “não sou diretora escolar”, etc., portanto, aquilo que me identifica como membro pertencente a um grupo, também me diferencia de outros. E, ainda, se faço tal afirmação é porque tenho consciência de que existem outros que se diferenciam daquilo que sou; Nesta mesma perspectiva, Laurenti e Barros (2000, p. 16) ao discutir a concepção psicossocial de identidade, sob o ponto de vista dos princípios do materialismo histórico

dialético, esclarecem que “a diferença é essencial para a tomada de consciência de si e é inerente à própria condição de vida social, pois a diferença só aparece tomando como referencia o outro”.

A constituição da identidade, portanto, conjuga infinitamente as semelhanças e diferenças que existem entre as pessoas, Sobre esse aspecto, Arendt (1995, p. 188), ao tratar da condição humana, esclarece a relação entre identidade e diferença da seguinte forma:

[...] se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou fazer planos para o futuro e prever as necessidades vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferísse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender.

Estas reflexões nos conduzem à compreensão de identidade pessoal e profissional como movimento, pois é nessa luta dos contrários que percebemos as suas transformações, haja vista que o homem não é um ser pronto, mas um ser em constante devir. Então, podemos afirmar que a identidade profissional está sempre em construção; a identidade profissional é processo.

Porém, o movimento muitas vezes se revela como não-movimento, ou seja, não percebemos o seu processo de produção, pois costumeiramente usamos substantivo e adjetivos para nos apresentar aos outros. Como no exemplo acima: ao afirmar que “sou supervisora”, essa substantivação nos leva a compreensão de uma identidade fixa, imutável, como se fôssemos sempre iguais ou idênticos a si mesmo; como se o nosso nome se fundisse em nós, esse é o aspecto representacional da noção de identidade. Compreendê-la, tomando por base apenas esse aspecto, é deixar de fora outros que a constituem, ou seja, aquilo que permeia sua produção. Na verdade, conforme afirma Ciampa (2005, p. 132), “a manifestação do ser é sempre uma atividade”. Portanto, é preciso destacar que na verdade “não somos”, mas “estamos sendo”, isto é, “estou sendo supervisora”, nesta assertiva, deixamos claro o caráter processual e, portanto o movimento da identidade.

De acordo com o autor em questão, a identidade só pode ser compreendida na medida em que consideramos o ser humano como ser que age, isto é, a identidade se revela na atividade e sob várias formas, mas a forma personagem é a que desvela as sutilezas do ser. E, o que no início se restringia à dimensão da representatividade em razão do nome atribuído pelo outro e incorporado por nós vai adquirindo, por meio das múltiplas relações que estabelecemos ao longo de nossa vida e das atividades que realizamos a sua dimensão constitutiva e o seu caráter de complexidade.

Para Ciampa (2005, p. 156), “[...] uma identidade nos apreça como a articulação de várias personagens, articulação de igualdades e diferenças, constituindo, e constituída por, uma história pessoal”. Por exemplo, uma mulher que é casada, mãe e trabalha como supervisora escolar. Ao desempenhar o papel de supervisora na escola em que trabalha apenas um de seus personagens se torna evidente, isso não quer dizer que ela deixa de ser mulher, esposa, mãe, e filha, mas o “estar sendo” supervisora é a expressão de uma parte, não revela a identidade por inteiro, ou ainda, conforme aponta Ciampa (1994, p. 67), “cada posição minha me determina, fazendo com que minha existência concreta seja unidade da multiplicidade, que se realiza pelo desenvolvimento dessas determinações”. Isso antecipa a segunda idéia chave apontada por Ciampa (2005) para se compreender o movimento de constituição da identidade: Identidade: uma questão social e política.

Identidade: uma questão social e política

Outra idéia importante da concepção desenvolvida por Ciampa (2005) é de que a identidade é questão social e política. Ao afirmar isso, o autor evidencia inicialmente que os estudos relativos à compreensão do homem e, portanto de sua identidade não devem ser feitos dissociados dos estudos da sociedade, visto que o ser humano se humaniza segundo as relações sociais, tendo em vista que “o indivíduo isolado é uma abstração, a identidade se concretiza na atividade social” (CIAMPA, 2005, p.86). Ou seja, somos seres humanos porque somos capazes de produzir o mundo e ao produzi-lo nos relacionamos e nos tornamos humanos. O autor ainda nos alerta que “uma identidade que não se realiza na relação com o próximo é fictícia, é abstrata, é falsa”.

Reconhecer que a identidade é fenômeno social significa que a inserção do indivíduo em determinado contexto possibilita a vivência com determinados grupos e que as relações estabelecidas nestes grupos incidirão na construção de determinada identidade.

A compreensão da identidade como questão social pode ser mais bem evidenciada se considerarmos que os outros fazem parte de nossa vida desde o nosso nascimento e, vão, pouco a pouco, deixando em nós a sua “marca”. O primeiro grupo social (geralmente), que fazemos parte é a família. É neste grupo que aprendemos as primeiras formas de convivência e de relações sociais. Fazer parte de uma determinada família é assumir determinado papel social, pois devemos lembrar que ao nascermos já encontramos a sociedade normalizada, com suas regras que visam, sobretudo, manter a estrutura social. É nesse sentido que Codo (1994, p. 139), ao tratar das relações de trabalho, afirma que “cada gesto, cada palavra, cada fantasia, traz a marca indelével, indiscutível de sua classe social, do lugar que o indivíduo ocupa na produção”.

Durante a nossa vida, assumimos vários papéis sociais, o papel de filha, de mãe, de mulher, de supervisora, de esposa, de amiga, entre outros. De acordo com Ciampa (2005, p. 135), “o papel é uma atividade padronizada previamente”. Portanto, para cada papel social que desempenhamos, determinada personagem se configura e a identidade pressuposta que ao ser configurada pelo indivíduo passa a ser “re-posta”. A re-posição pode ser compreendida como a re-afirmação cotidianamente daquilo que estou sendo, por meio das minhas atitudes, do meu comportamento, ou ainda, por meio daquilo que os outros acham que estou sendo. Ou seja, a re-posição consiste em efetuar comportamentos que corresponda às expectativas do grupo social ao qual se pertence. Pois, é através do desempenho desses papéis que assimilamos e interiorizamos as normas, as condutas, as formas de se relacionar, o comportamento ético e outros elementos que estão relacionados ao papel que desempenhamos.

Uma vez que assumimos o que está pressuposto pelos outros, nós reproduzimos a sociedade e sua estrutura mediante posturas consideradas socialmente corretas. Essa é uma forma de garantir as posições dos papéis na sociedade, mantendo a estrutura social. Portanto, entre a pressuposição e a re-posição, há o indivíduo que assume a pressuposição como sua, e assim concretiza a sua identidade sob a forma de personagem. A aprendizagem por meio do desempenho de papéis evidencia um paradoxo, como alerta Baptista (2002, p. 146) ao tratar da identidade profissional na perspectiva de Ciampa (2005):

[...] se por um lado, esta aprendizagem facilita a inserção das pessoas na realidade social, por outro, pode impedir que cada um desempenhe o seu papel de uma forma que tenha sentido para sua subjetividade. Quando isto ocorre, dizemos que o exercício do papel levou o indivíduo a um processo de mesmice ou de reposição de sua identidade, o que o impede de alcançar o grau de independência em relação a esses papéis e, conseqüentemente, uma identidade autônoma.

Mas, ressaltamos que é o indivíduo quem decide sobre efetivar ou não tais expectativas e, assim, ao apropriar-se e significar a realidade objetiva transforma-a subjetivamente, o que significa que nossa identidade se apresentará de forma única durante o desenvolvimento do papel que assumimos, é isso que explica o fato de várias pessoas desempenharem o mesmo papel, mas de forma diferente, pois cada uma possui a sua singularidade e ao mesmo tempo suas semelhanças. Para um esclarecimento mais concreto, pensemos em duas mulheres, ambas desempenham o papel de supervisora escolar, mas cada uma encarnará uma personagem diferente, porque no desempenhar do seu papel cada uma delas conferirá a sua singularidade.

A pressuposição e a re-posição revelam, então, a dinamicidade da identidade, ao passo que também oculta o seu movimento, a sua metamorfose, revelando-se como estática, como não-metamorfose. Isto acontece porque muitas vezes pequenas mudanças passam despercebidas pelos olhos dos outros e, neste caso, seria preciso várias pequenas mudanças para que uma mudança mais visível pudesse ser percebida. Assim, é comum nos referir a isso como mudança repentina, no entanto, ela se encontrava em constante processo, pois, mesmo sendo a mesma pessoa a desempenhar o mesmo papel, é necessário compreendermos que a cada dia novos acontecimentos ocorrem e são significados e acrescidos em nossa vida, tornando-nos todo dia outro ser, mas que sou eu mesmo. Afinal, nada existe eterno fixo e absoluto.

Ao conceber a identidade como questão social é possível, de certo modo, afirmar que a definição prévia de papéis sociais visa garantir a manutenção da estrutura social e isso nos remete à idéia de que a identidade além de ser questão social é, sobretudo, questão política, pois desempenhar papéis sociais nos remete a uma política, a um projeto político. Para o autor, a sociedade elabora uma política de identidade para cada grupo social, com o objetivo de normalizar ou homogeneizar uma coletividade (CIAMPA, 2006), isto é, a política de identidade está mais relacionada a influência do grupo sobre o indivíduo, tendo em vista, que os grupos sociais lutam por sua “[...] afirmação e pelo desenvolvimento de suas identidades coletivas, no esforço de controlar as condições de vida de seus membros [...]” (CIAMPA, 2002, p. 134). Concordando com Ciampa (1994, p. 72), “[...] as possibilidades de diferentes configurações de identidade estão relacionadas com as diferentes configurações de uma ordem social”. Isto significa que a nossa identidade traz a marca de uma política, de um projeto político que envolve as determinações econômicas, sociais e culturais.

Os indivíduos também estão na luta pela transformação e pelo reconhecimento de suas identidades pessoais. A isso, o autor denomina de identidade política. Isto nos leva a entender que o indivíduo encarna as relações, mas configura uma identidade pessoal, que se revela sob a forma de um projeto de vida, e que nem sempre é concretizado em razão das determinações sociais. Ciampa (2006), ainda destaca que o atual contexto em que vivemos tem gerado a crescente diversidade no mundo do trabalho, o que por sua vez pode provocar uma relação, ao mesmo tempo, de autonomia e de heteronomia entre a identidade pessoal e a identidade profissional de um dado indivíduo. Ou seja, o processo de constituição da identidade pessoal e da identidade profissional ocorre na mediação da sociedade, esta estabelece previamente os modos de agir, pensar e sentir. No entanto, como a sociedade e o indivíduo estão em constante movimento, o padrão estabelecido pela sociedade pode virar uma “camisa de força” para o indivíduo, e levá-lo a ficar preso na personagem coletiva e assim, não conseguir concretizar sua individualidade autonomamente. Conforme nos explica Ciampa (2006), o processo de constituição da identidade envolve tanto a socialização como a individualização. Desse modo, é importante destacarmos a necessidade de projeto de identidade que possibilite a emancipação tanto do grupo quanto do indivíduo.

É preciso, ainda, esclarecer que é o trabalho de re-posição que dá corpo à *mesmice*, o que significa que a identidade está sendo encarada como manifestação do nosso Eu, como traço estático do ser, ou seja, como se fôssemos sempre o mesmo e não estivéssemos em constante movimento e transformação. Nesta situação, o indivíduo não se percebe em mudança, mas como se fosse sempre ele mesmo; ou ainda, o indivíduo não consegue encarnar outros personagens e fica repetindo sempre as mesmas. Isso cria o que Ciampa (2005) chamou de identidade-mito; o indivíduo, então encarna um personagem e, fica preso a este sem enxergar a possibilidade de superação rumo a outras possibilidades, portanto fica amarrado a má infinidade. Esta situação impede o indivíduo de ser um *ser-para-si*, ou seja, de ser outro que é ele mesmo, a isso o autor chama de *mesmidade*. Chegamos, então, ao último aspecto a ser analisado, o sintagma: identidade - metamorfose - emancipação.

O sintagma: identidade-metamorfose-emancipação

A terceira idéia chave da concepção psicossocial diz respeito ao sintagma identidade-metamorfose-emancipação. A metamorfose pode ser compreendida como mudança, como superação dialética. Para Ciampa (2005), o processo de constituição da identidade envolve um movimento que tende à transformação do indivíduo sem que ele deixe de ser ele mesmo. Ou seja, o indivíduo torna-se outro que é ele mesmo, Ciampa (2005) explica isso por meio do conceito de “alterização”. O termo nos traz a idéia de uma mudança significativa – um salto qualitativo – este salto resulta de uma sucessão de pequenas mudanças que muitas vezes passam despercebidas, mas que já nos indicam uma possibilidade, uma possível conversão de pequenas e sucessivas mudanças em mudanças qualitativas, mas que trazem a marca de sua história. Por meio do conceito de alterização, Ciampa (2005) desenvolve o conceito de *mesmidade*, que é a superação da personagem vivida pelo indivíduo. Superar esta personagem a qual se estava preso é revelar o outro “outro” que somos nós mesmos.

Esta transformação, ou metamorfose como denomina o autor, pode ser evidenciada por meio da consciência que se manifesta pelo pensamento que expressamos ao nos comunicarmos com os outros, mas também por meio da atividade, das ações que concretizam essa consciência, o pensar diferente leva a agir diferente. E, esta metamorfose, leva o indivíduo a um movimento crescente, rumo a uma realidade mais humana, na qual prevaleçam valores humanos como a liberdade e a igualdade.

O mesmo autor ainda nos alerta que muitas vezes as pessoas se vêem em situações em que são obrigadas a se reproduzir como forma de preservar interesses estabelecidos ou convenientes socialmente. Mas, por outro lado, continua o autor, uma *mesmice* pode ser substituída por outra mais conveniente. De qualquer forma, está sendo negada ao indivíduo a possibilidade de viver inteiramente a sua identidade, de se metamorfosear-se, de superar as meras re-posições.

É preciso lembrar que o indivíduo não é só moldado, mas ele também possui a capacidade de moldar-se, de se transformar, afinal a nossa realidade é uma possibilidade concretizada entre tantas outras que nos é possível, mas para viver outra possibilidade é necessário transformar as determinações exteriores em autodeterminação. Nesse aspecto, torna-se relevante ressaltar a unidade que existe entre a objetividade e a subjetividade, segundo a qual o indivíduo apreende o mundo como realidade social e, portanto dotada de sentido. Para isto, ele deve assumir o mundo, considerando que neste os outros já vivem, e ao assumi-lo faz-se de maneira bastante pessoal e até original, visto que isso se encontra intimamente relacionado aos sentidos que atribuímos aos fatos do nosso cotidiano. Ao ter consciência da realidade, o indivíduo torna-se capaz não só de compreendê-la, atribuindo-

lhe significado e dando-lhe sentido, como também pode provocar mudanças que levem à emancipação (BERGER; LUCKMANN, 1985).

A possibilidade de se autodeterminar é condição para que o indivíduo aprenda a ser outro, tornar-se outro, (alterização), isso se torna possível a partir do potencial para formular projetos de identidade, cujos conteúdos não estejam prévia e autoritariamente definidos, aparecendo aqui o sentido emancipatório da identidade. Mas precisamos ter clareza de que a emancipação resulta de um longo processo de desconstrução, reconstrução e transformação, não só das determinações exteriores, mas para que a emancipação possa ocorrer é necessário haver especialmente, processo de mudança no próprio modo de pensar; pois é quando se muda o pensamento que possibilitamos outras formas de agir e de sentir, ou, como afirma Ciampa (2005, p. 194), “o dever do ser do homem é também dever consciência”.

Outro aspecto a ser destacado é que o ser humano é um ser eminentemente desejante, e dos desejos nascem os projetos, e é para concretizá-los que o homem trabalha, e trabalhando ele se produz produzindo o mundo. Isto, por sua vez, implica na transformação das condições de existência, o que gera novos desejos e, portanto, novos projetos de vida. Isso significa que a emancipação se constrói no próprio processo de produção do homem e do mundo, e isso, exige desejo, projetos e trabalho. Afinal “o homem é um horizonte de possibilidades” (CIAMPA, 2005, p. 200).

Essas idéias da concepção psicossocial de identidade nos permitem algumas reflexões sobre a identidade profissional do supervisor escolar. Primeiro, a identidade profissional se constrói mediante as relações estabelecidas no grupo que compõe uma determinada categoria profissional. Segundo, os papéis, bem como a profissão que desempenhamos são nomeados, determinados e normalizados pela sociedade. Terceiro, a emancipação poder ser possível por meio de projetos coletivos, nos quais a categoria de supervisores escolares possa se perceber como grupo coletivo responsável pela construção da sua profissão.

Estas idéias nos conduzem ao entendimento de que é por meio das relações sociais e do desenvolvimento da própria atividade profissional que a identidade dos supervisores será construída. Ou seja, ao produzirem a profissão, os supervisores também produzem a sua identidade, mas é preciso considerar que ao se exercer determinada profissão fazemos de acordo com as determinações sociais e de acordo com aquilo que os outros esperam que façamos. Isso significa que agir é assumir determinado papel que se revela coisificado, sob a forma de personagem, e, ainda, a profissão que desenvolvemos é determinada socialmente e, ao incorporarmos o papel social, estamos encarnando uma personagem coletiva que é a garantia da manutenção da categoria profissional a que se pertence.

E, por fim, é durante o nosso fazer que revelamos nossa identidade. Devemos, então, desvelar a identidade dos supervisores escolares mediante a sua ação, na sua história, no seu movimento. Pois, ao agir no mundo o modificamos ao tempo que também somos modificados, isto é, quando desenvolvemos uma atividade provocamos mudanças nos outros, e em nós mesmo, mas também produzimos a nossa profissão, damos a ela um novo sentido, o que pode representar a possibilidade de uma atuação profissional que se caracterize pela autonomia.

Abordagem Metodológica

A realização de pesquisa científica exige do pesquisador não só escolhas teóricas, mas também escolhas metodológicas, pois são estas que orientam a concretização

dos objetivos almejados. Desse modo, torna-se necessário explicar a abordagem metodológica que fundamentou o planejamento e a realização desse estudo.

A escolha pelo método mais adequado revela-se como um constante processo de idas e vindas, avanços e recuos ou, como explica Gatti (1998, p. 10), “não é apenas uma questão de rotina de passos e etapas, de receitas, mas de vivência, com pertinência e consistência em termos de perspectivas e metas”, mas construído na prática, no exercício do fazer, na vivência da pesquisa, portanto ele está sempre em construção em movimento.

Com esse entendimento, consideramos relevante esclarecer que como a identidade, seja pessoal ou profissional, possui caráter subjetivo e complexo, exige metodologia de investigação que respeite suas particularidades. Assim, a pesquisa possui essencialmente caráter descritivo e interpretativo, devendo constituir-se, portanto, como pesquisa qualitativa.

De acordo com Teixeira (2005, p. 140) na abordagem qualitativa, “o social é visto como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem dos atores e suas práticas as matérias-primas dessa abordagem”. Partindo dessa concepção, buscamos utilizar técnicas de construção de dados que priorizasse a voz dos interlocutores dessa pesquisa. Em virtude disso, utilizamos as narrativas de história de vida, visto que elas permitem apreender as aspirações, as atitudes, crenças e valores dos sujeitos pesquisados. Isto demonstra o desejo de trazer a pessoa para o centro da pesquisa.

Ao optarmos por trabalhar com as narrativas de histórias de vida, acreditamos estar sendo coerente com a concepção de que os supervisores escolares se constituem em seres concretos, sociais, históricos e culturais, encontrando-se em constante movimento, em eterno devir, seres singulares inseridos numa coletividade. Desse modo, neste estudo estamos trabalhando as narrativas de história de vida como técnica para apreendermos os dados necessários à compreensão do movimento de constituição da identidade dos supervisores escolares. Vale ressaltar, segundo Imbernón (2007, p. 09), que “a narração é uma técnica que nos permite conhecer os meandros do que acontece no mundo através da interação com os símbolos compartilhados, com a experiência de outros. E a capacidade de ouvir os outros é também uma demonstração de sociabilidade”.

Assim as narrativas foram coletadas de forma oral, tendo em vista que a escrita da narrativa por parte dos pesquisados, exige-lhes esforço maior não só porque dessa forma coloca o sujeito em contato com suas lembranças e o faz evocar as lembranças significativas, mas, sobretudo porque lhe exige a capacidade de manusear a língua visando a exploração do seu potencial evocador o que nem sempre pode ser alcançado.

As informantes dessa pesquisa são as supervisoras que atuam na rede pública estadual de Teresina (PI). Dentre aquelas que participaram da pesquisa³, escolhemos duas para narrarem como se tornaram supervisoras escolares. A escolha por estas duas supervisoras, identificadas aqui de Lúcia e Vitória (nomes que elas escolheram), justifica-se pelo fato delas representarem não só a diversidade da categoria, mas, sobretudo, porque as histórias que elas contam revelam o movimento, as mudanças pela qual a profissão vem passando, delineando assim o movimento de super-visão em direção à coordenação. Além disso, partimos do pressuposto que o indivíduo é a própria materialidade da realidade que o circunda, portanto, podemos conhecer o social mediante uma história particular. Sobre essa questão Ferraroti (1988, p. 26) esclarece:

³ Antes das narrativas de história de vida foi aplicado questionário a 88 supervisores com o objetivo de delinear o perfil do grupo e obter critérios para escolha dos profissionais que iriam participar da segunda etapa da pesquisa.

O homem [...] é o universal singular. Pela sua práxis sintética, singulariza seus atos a universalidade de uma estrutura social. Pela sua actividade retotalizadora, individualiza a generalidade de uma história social coletiva [...] se nós somos, se todo indivíduo é, a reapropriação singular do universal social e histórico que o rodeia, podemos conhecer o social a partir da especificidade irredutível de uma prática individual.

Após a escolha das supervisoras, as entrevistas para a construção das narrativas, foram realizadas em dia e horário previamente combinados e que fosse o mais conveniente para elas. A construção da narrativa foi desencadeada a partir da pergunta: como você se tornou supervisora escolar? Com base nesta pergunta, as interlocutoras nos relataram o seu percurso profissional, o qual foi gravado e transcrito. O movimento de transcrever as narrativas nos indicou algumas lacunas do relato o que provocou a necessidade de um novo encontro com as supervisoras para alguns esclarecimentos.

As narrativas foram então transcritas e se tornaram para nós um texto, uma unidade de análise sobre a qual se inscreve múltiplas possibilidades de leituras. Para nós, uma leitura possível pôde ser proporcionada pela análise de discurso. A opção pela análise de discurso fundamenta-se no pressuposto de que esta tem a pretensão de questionar os sentidos estabelecidos nas mais diversas formas de produção (verbal ou não-verbal), ou como afirma Orlandi (2007, p. 15), “na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. Essa forma de entender a análise de discurso permite relacionar discurso, contexto sócio-histórico e ideologia, o que por sua vez, traz à tona as questões sobre poder e relações sociais.

As histórias de vida desvelando o movimento de (super) visora à coordenadora pedagógica

O desvelamento da identidade profissional das supervisoras escolares implica necessariamente em uma análise que priorize o ser humano a partir de sua multideterminação, considerando que este é ao mesmo tempo universal e singular e, que no desenvolvimento de suas ações realiza o processo de individualização por meio da reapropriação do universal, em outras palavras, uma história de vida permite-nos conhecer uma história social e coletiva. Isso porque, cada pessoa que narra sua história de vida está ao mesmo tempo falando dos outros a partir de si, da sua experiência, da sua história pessoal.

Desse modo, ao construirmos e reconstruirmos histórias de vida de supervisoras estamos também reconstruindo trajetórias profissionais, o que significa recuperar as experiências e o modo como cada pessoa significa e re-significa sua identidade e sua profissionalidade.

As personagens

Lúcia é natural de Francinópolis, interior do Piauí, possui mais de 50 anos de idade, divorciada, mãe, e atua na rede pública a trinta anos, dos quais 17 anos foram e estão sendo dedicados à supervisão escolar e durante 13 anos atuou como diretora escolar.

Assim como Lúcia, Vitória também é do interior do Piauí, da cidade de Água Branca, possui um pouco mais de 40 anos, casada, mãe e atua na rede pública como supervisora há 08 anos. Suas histórias revelam não só a diversidade da categoria, mas, sobretudo, evidenciam o movimento, as mudanças pela qual a profissão vem passando, delineando assim o movimento de constituição da identidade profissional.

Nas personagens a articulação da igualdade e da diferença

Lúcia e Vitória são duas personagens concretas que vivenciam a realidade social de forma subjetiva. Suas histórias revelam como ao longo de suas trajetórias elas foram assumindo papéis e, conseqüentemente, foram incorporando personagens que se igualam e se diferenciam. As duas vivenciam o mesmo contexto social, político e econômico, no entanto, cada uma atribui um sentido e, isso, as torna diferentes, singulares, únicas e ao mesmo tempo universais, porque representam o movimento de uma categoria profissional.

A articulação da igualdade e da diferença se faz perceber na relação que estabelecemos com grupos sociais que pertencemos, bem como nas personagens que encarnamos no desempenho dos papéis sociais que assumimos e que se encontram pressupostos pela estrutura social representada pelos outros com os quais nos relacionamos nos grupos sociais, especialmente, os “outros significativos”, que Berger e Luckmann (1985) nos falam. São esses outros que realizam a mediação entre o indivíduo e a sociedade, é mediante a relação do indivíduo com os outros, que se vivencia as situações de dominação, exploração, mas também que nos oferecem possibilidades de concretizar uma outra realidade.

Considerando que os outros com os quais nos relacionamos contribuem significativamente para a constituição de nossa identidade, esse aspecto aparece na história de Lúcia de forma ambígua, ou seja, Lúcia reconhece na sua prima (funcionária da SEDUC) alguém que lhe proporcionou vivenciar a personagem supervisora, deixando de lado a personagem professora, mas, ao se referir aos colegas com quem trabalhou no Complexo Escolar de Regeneração, revela que em razão de pertencer a grupo político diferente não recebeu apoio dos colegas, isto a leva a afirmar que o seu crescimento profissional, em princípio, não contou com o apoio dos colegas de trabalho, no entanto, ela esclarece que buscou conquistar cada um. Com isso, fica claro para nós, que para Lúcia, assim como para os outros indivíduos, é importante e necessário ser aceito e se perceber parte de determinado grupo social. Pois, o sentimento de pertencimento nos confere a igualdade, mas para que nos reconheçamos como parte deste é preciso que os outros nos reconheçam. E nessa relação de identificação com os outros nos diferenciamos. Lúcia conta que por meio de sua prima foi possível nova formação e, conseqüentemente, a possibilidade de configurar nova personagem. Assim ela conta:

[...]. Estava com apenas três meses quando minha prima, que trabalhava na Secretaria de Educação ficou sabendo do convênio entre a UFPI e Secretaria. Ela, então me ligou perguntando se eu não queria fazer a inscrição para o curso de Licenciatura Curta em Pedagogia. A princípio não queria, mas como ela insistiu muito acabei aceitando [...]. Naquela época na cidade de Regeneração havia o político “forte” e o “fraco” e mediante o resultado da eleição eles dividiam os cargos: a superintendência para o político eleito e a coordenação para a pessoa que tinha perdido a eleição. Como lá na cidade, no momento, não tinha uma pessoa para assumir a vaga da coordenação, a minha prima (a mesma) era envolvida com o político que perdeu a eleição e este foi procurá-la a fim de que ela indicasse alguém para assumir a coordenação no Complexo Escolar de Regeneração. Mais uma vez ela insistiu para que eu assumisse esse cargo. Naquele momento eu resisti muito porque eu tinha muito receio de decepcioná-la, porque ela sempre confiou muito em mim, e eu não tinha experiência alguma, mas acabei aceitando e fui trabalhar em Regeneração [...]. Entretanto, quando eu cheguei a Regeneração eu não tive apoio dos outros coordenadores, pois todos eram do lado do outro político. As colegas não me davam apoio, só com o tempo fui me adaptando, fui fazendo um trabalho bem feito, mostrando a eles que não era “abestada” como pensavam. Comecei a ir para a Secretaria em busca de informação, já que lá ninguém me informava de nada. Depois, aos poucos fui conquistando cada um... Aproximei-me do grupo sem

questão política, por meio da amizade mesmo, fui conquistando o grupo e nos planejamentos seguintes elas já foram me repassando as informações, o que antes não acontecia, depois fiquei amiga de todos.

Vitória em seu relato deixa claro que trabalhar em uma escola lhe oportunizou não só encarnar a personagem secretária, como também estabelecer relações com novo grupo social e, também vivenciar a realidade da escola pública. É no convívio e fazendo parte desse grupo social que Vitória vivencia a articulação da igualdade e da diferença. Igual-se quando, ao conviver com o grupo da escola, apropria-se das significações produzidas por este grupo e, diferencia-se quando, mediante estas significações, Vitória atribui um sentido particular, individualizando-se, assim torna-se um ser único, singular. Sobre isso Carvalho (2004, p. 36) explica:

As relações que os indivíduos mantêm com os outros que estão ao redor, sobretudo aqueles que lhe são significativos, têm como papel primordial mediar a apropriação das significações socialmente produzidas, tornando possível, como isso, a construção de um indivíduo que, ao dar um sentido aos objetos, normas, valores, atitudes, papéis sociais, experiências, atividades profissionais e outros, individualiza-se e constrói, embora de forma determinada, um modo próprio de ser no mundo.

O relato de Vitória ajuda-nos a entender a articulação da igualdade e da diferença quando ela narra o seguinte:

[...] Sentia-me angustiada, como auxiliar de secretária quando eu ia repassar aquelas notas eu via mais reprovação do que aprovação e, eu queria entender porque aquele índice tão alto se a equipe dizia que os professores eram competentes. Então, eram competentes e não estavam sabendo ensinar. Decidir, então fazer pedagogia para eu entender melhor o que era o processo de ensinar. [...] Então, eu fui me preparando para ser essa profissional.

Durante os relatos, Lúcia e Vitória cruzam aspectos da vida pessoal e profissional e, isto manifesta a articulação de várias personagens alternando-se e articulando-se. Ou seja, elas vivenciam a condição de serem mulheres, mães, esposas, estudantes, supervisoras. Ressaltamos que tais personagens não se revelam ao mesmo tempo, mas mediante os papéis sociais assumidos perante os outros. Desse modo, cada uma dessas personagens revela um aspecto da identidade destas supervisoras. A totalidade das personagens encarnadas determina a constituição da identidade. No relato de Vitória, isso fica evidente:

Entrando na minha vida pessoal. Eu vivi minha vida uma etapa por vez. Vim fazer curso superior depois que já tinha vivido minha vida mesmo total. Fiz meu curso superior com trinta anos, brinquei... Depois que a minha filha já tinha cinco anos de idade é que eu fui me envolver com essa questão mesmo da educação. As dificuldades que eu tive foi questão financeira, dinheiro que a gente não tinha na época e, por isso, eu tinha que saber levar a vida de mãe, família, estudar para passar no vestibular e, não podia fazer cursinho.

Incorporar os personagens mediante os papéis sociais que assumimos é concretizar um modo de ser e de estar no mundo. Em se tratando de um papel social vinculado a uma profissão pressupõe assumir determinados comportamentos e atitudes que lhe identificam como parte daquele grupo social. Nesse sentido, podemos entender que tais comportamentos e atitudes pré-estabelecidas evidenciam a política de identidade para cada papel social. Isso nos leva a inferir na limitação do indivíduo em agir de forma autônoma. Desse modo, tanto para Lúcia, quanto para Vitória demonstram incorporar a personagem supervisoras, tendo em vista que esta garante a identificação com outros, bem como o reconhecimento destes de que elas fazem parte do mesmo grupo social.

Subjacente a esse processo de encarnação das personagens está a questão social e política da identidade.

A questão social e política permeando os limites e possibilidades de configurar a identidade profissional

A idéia de um ser humano concreto e historicamente situado fica evidente nas duas narrativas, quando elas, na busca de explicar como ingressaram na profissão de supervisor escolar, evidenciam a realidade social, econômica e política que se encontravam inseridas naquele momento. Ambas relatam as dificuldades de quem vive no interior do Piauí e que precisa vir para a capital, em busca de formação que lhes garanta melhores condições de vida.

Essa realidade também é evidenciada na pesquisa de Silva (2007, p. 102) quando constatou que “parcela significativa de jovens brasileiros que moram na zona rural têm dificuldade de prosseguir estudos”. E, isso revela a limitação imposta às pessoas pertencentes a esse grupo social, mas, sobretudo, revela a vontade e a coragem de enfrentar os desafios impostos pela estrutura social. A limitação ainda se revela nas escolhas possíveis para estas pessoas, visto que “é discutível o grau de liberdade que o indivíduo tem de escolher (e de ser escolhido) para uma personagem”, isso porque somos levados a interiorizar o que os outros nos atribuem (CIAMPA, 2005, p. 163).

Desse modo, diante das escolhas que lhes cabem, isto é: permanecerem em sua cidade natal e configurarem a identidade pressuposta para aquela realidade, ou vir para capital buscar outras possibilidades, é que Lúcia e Vitória decidem por vencer as determinações exteriores e encontram no curso profissionalizante a possibilidade de melhores condições de vida e, ao mesmo tempo, a encarnação de outros personagens. Mas, ressaltamos que mesmo o curso profissionalizante se revelando como opção possível, ainda assim afirmamos os limites dessa escolha, visto que era o que estava pressuposto para pessoas que buscavam meios de sobrevivência de forma mais rápida. Isto significa que ao tempo em que a estrutura social limita as escolhas é ela que também nos permite vivenciar outras possibilidades.

A realidade vivida por Lúcia e Vitória, caracterizada pela política que visa atender aos interesses privados, obriga-as a recorrer ao jogo da dominação que subjuga os seres humanos, deixando-os à mercê da vontade arbitrária daqueles que deveriam zelar pelo bem comum para garantir a sobrevivência. Sobre isso, Ciampa (2005, p. 127) esclarece que a exploração social se concretiza por meio de mediações, “sempre no particular, que é a unidade do singular e do universal”. Isso fica mais claro nos relatos de Lúcia e Vitória:

Quando eu terminei o pedagógico (em Teresina) em 1977 eu voltei para minha cidade (Francinópolis) para trabalhar como professora porque lá era mais fácil conseguir um contrato com político. [...] trabalhei como professora uns três meses, foi quando por intermédio de minha prima, fiquei sabendo do convênio entre a Universidade Federal do Piauí e a Secretaria de Educação. [...] quando já estava no quarto bloco do surgiu a oportunidade (por meio da mesma prima) de trabalhar em Regeneração, mas eu não queria sair de casa, morava com meus pais, estava recém formada, mas fui... E, lá fui morar na casa do político que havia me indicado para o cargo, morei lá de três a quatro anos e, no começo foi muito difícil porque eu não fui bem aceita, até porque quem mandava lá na cidade era o outro político. (Lúcia).

Nasci em Água Branca, lá fiquei até a minha adolescência (14 anos) quando meu pai teve uma crise financeira (ele era comerciante sempre trabalhou na área de tecidos, confecções). Ele faliu e, os amigos abandonaram, e decidi que lá a gente não ficava mais, a cidade mais próxima e que não tinha nenhum conhecido, era São Pedro, ficamos sem casa para morar, sem nada... Para quem tinha padrão altíssimo de vida... Os deputados freqüentavam a nossa casa... E, de repente se deparou com essa situação de não ter nada. Fomos para São Pedro do Piauí. Chegando lá meus pais resolveram que tinha que pedir ajuda as minhas primas para eu vim estudar aqui em Teresina. Eu vim fazer o teste do CEFET (Escola Técnica). Passei. Fiz Administração de Empresa, mas tive que trabalhar, pois já não tinha mais como ficar na casa da minha prima. Quando a

gente não tem nada, passa por “n” problemas, até a questão da solidariedade familiar ela tem um tempo delicado e, eu tive que correr atrás de trabalhar bem novinha; com 17 anos trabalhava numa clínica e nessa clínica atendia crianças com necessidade especiais, com problemas neurológicos. [...]. [Depois] consegui um contrato com a Secretaria e mudei de fato para educação. [...] trabalhava na escola que hoje é o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) Maria Rodrigues das Mercês. Era 1987 e, naquela época não tinha concurso, e quando o Freitas Neto entrou... Problema... Vieram os expurgos. Foi na época que me conscientizei que eu tinha que estudar, fui correr atrás do curso de pedagogia. (Vitória).

Para o papel de supervisora escolar que Lúcia e Vitória assumem há uma identidade política que se concretiza por meio da ação humana. Ou seja, viver a profissão de supervisora escolar é concretizar uma política de identidade definida socialmente pelos outros. Essa identidade política se materializa por meio do grupo social que fazemos parte, no qual o objetivo é construir uma identidade coletiva e assim garantir a manutenção do status quo. No caso da supervisão escolar, essa identidade coletiva foi construída por meio dos cursos de formação tanto inicial como continuada. No que diz respeito ao curso de formação inicial de Lúcia, percebemos a evidência de um modelo de formação fundamentada nos princípios do behaviorismo e das teorias de sistema, as quais oferecem suporte para o tecnicismo educacional.

Carvalho (1999), ao fazer uma retrospectiva histórica sobre o curso de Pedagogia na Universidade Federal do Piauí (UFPI), esclarece que este foi oferecido inicialmente como Licenciatura curta nas habilitações Administração e Supervisão Escolar e era realizado em regime regular e parcelado (oferecido em período de férias com a finalidade de atender a demanda do interior do Estado). Somente a partir de 1975 é que a universidade começou a oferecer a licenciatura plena e as habilitações em Magistério e Orientação Educacional. Assim Lúcia explica:

[...] Era uma Licenciatura curta. Então, cursamos quatro blocos distribuídos em dois janeiro e dois julho. As aulas eram normais o dia todo: saíamos de casa de manhã e só retornávamos à noite. Cursávamos seis disciplinas: Sociologia, Psicologia, Português I, Matemática I, Ética, Didática I. Depois do segundo ano, nós decidíamos de se queríamos Administração escolar, Supervisão Escolar ou Orientação e de acordo com a habilitação escolhida fazíamos o estágio. Foi o momento em que a turma se separou, pois até então cursava todo mundo as mesmas disciplinas.

Além do curso de formação inicial, os cursos de formação continuada promovidas pela Secretaria de Educação e o modelo de atuação definido pela Secretaria naquele contexto exemplificam de forma mais clara a política de identidade que estava pressuposta para o supervisor escolar. Braga (1999, p. 52), ao analisar as concepções de Supervisão Escolar e a prática dos supervisores egressos da UFPI, diagnosticou que esses cursos de formação continuada tinham o objetivo de “traçar as metas para o acompanhamento do processo ensino aprendizagem e garantir a unidade do trabalho que pudesse atender as reais necessidades de cada município”. Sobre esses cursos Lúcia relata:

[...] Fiz muito curso de capacitação, na época do governo Hugo Napoleão. Nós íamos participar dos cursos no Centro de Treinamento de Campo Maior; passávamos de quinze dias lá. Os cursos eram: Supervisão I, Supervisão II, todos com certificado. E, eu fui crescendo com essas capacitações. Nesses cursos eram discutidos conteúdos pertinentes à nossa função. Era sobre planejamento, o minicurso que dávamos para os professores na área de avaliação, as metodologias. [...]. O trabalho do supervisor antigamente era assim: o planejamento, já vinha da Secretaria de Educação, a gente só fazia repassar. Era por isso que chamava aquele caderninho amarelinho, por que já vinha toda a programação da Secretaria de Educação o trabalho que a gente tinha era de se reunir com eles e repassar o que a Secretaria de Educação passava para gente e acompanhar o professor. Naquela época a gente era tipo assim um “boneco” você só recebia e jogava. Era tipo uma inspeção: ver as cadernetas, os planejamentos... Essas coisas...

As mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas na sociedade incidem

sobre a formação dos profissionais provocando novas exigências, neste contexto é que se encontra Vitória que, diferente de Lúcia, fez o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação para Magistério das disciplinas pedagógicas, e depois sentiu a necessidade de fazer uma especialização em Supervisão Escolar, o que revela a interiorização do mundo objetivo e, também o movimento das políticas de formação para o pedagogo. Sobre o curso de Pedagogia, Vitória, assim relata:

Fui aprovada em 1995 para o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí, com habilitação para o Magistério das disciplinas pedagógicas, o curso tinha oito períodos e já no 1º período cursei as disciplinas de Português I, Inglês Instrumental, Int. a Metodologia Científica e Introdução a Educação. E, nos dois últimos períodos cursávamos a disciplina de Prática de Ensino, que era o estágio. Depois, resolvi fazer especialização em Supervisão Escolar.

Diante do que narram as supervisoras, a realidade social e, sobretudo, a formação contribuem de forma contundente para a configuração da personagem supervisora, tendo em vista a prévia determinação subjacente tanto nas escolhas profissionais, quanto no modelo de formação destinado aos supervisores. Entretanto, a luta dos indivíduos por melhores condições de vida e de exercício profissional pode levá-los a buscar concretizar um projeto de vida, uma identidade política que, se concretizada, possibilita uma transformação, uma metamorfose.

No movimento a possibilidade de emancipação

Compreendendo o indivíduo como um ser que age e que por meio de sua ação produz a realidade e a si mesmo, este tem então, a capacidade de superar as determinações exteriores por meio da autodeterminação. Isto é possível por meio de pequenas mudanças que ocorrem cotidianamente e que nem sempre são percebidas imediatamente. Estas mudanças ocorrem na consciência, na forma de pensar, e se materializam na ação e nas emoções e sentimentos dos indivíduos. No entanto, é preciso haver um desejo, pois destes resultam os projetos de vida que levam à transformação social.

Isto pode ser percebido nos relatos de Lúcia e Vitória quando narram sua atuação hoje como supervisoras. Ambas, relatam que a profissão de supervisora no atual contexto é diferente do modelo de antes, revelam em seus relatos as mudanças pelas quais a profissão de supervisor escolar passou. De acordo com o que elas narram, as mudanças da profissão se movimentam em direção à ação de coordenar o processo educativo. E, ao se perceberem como co-ordenadoras, também evidenciam a consciência da responsabilidade social coletiva que adquiriram e que é necessária no desempenho da profissão. Isto pode ser compreendido por meio das palavras de Lúcia, assim ela nos conta:

[...] Hoje a gente planeja, o próprio professor faz seu plano de curso, não é mais como antes, quando eu chegava e dava, porque também me davam, hoje nós já nos reunimos, planejamos juntos e fazemos um trabalho compartilhado com o professor, o coordenador não trabalha só. Delega poderes para todo mundo, nós resolvemos tudo junto, o que é bastante diferente de antigamente.

Essa idéia de que o supervisor escolar não trabalha isoladamente, mas em conjunto com o grupo envolvido no processo pedagógico é apontado por Vasconcelos (2002, p. 89). De acordo com este autor, o supervisor escolar,

[...] em função do espaço em que atua, tem tanto a interface com o 'chão da sala de aula' (através do contato com os professores), quanto com a administração [...], dando mais um passo, nos deparamos com a comunidade em que a escola está inserida, e encontramos mias um campo

de atuação da supervisão.

Essa concepção de supervisão escolar caracterizada pela idéia da ação de coordenar pode ser entendida por meio do relato de Vitória que ao falar sobre sua atuação explica o que consiste e ação de co-ordenar o processo educativo e, por sua vez, evidencia a configuração da personagem coordenadora. Vitória narra, assim:

[...] Eu sentia a necessidade de um pedagogo na escola que tivesse uma concepção de educação que envolvesse algo que vai além da mera formação acadêmica, pois a minha concepção de educação é uma concepção global que a todo o momento você está aprendendo e, que extrapola o espaço de sala de aula.

Eu trabalho diferente, por exemplo: o planejamento. Eu entendo que o planejamento para ser considerado participativo deve-se envolver não só professores, mas também líderes de turma, os pais e, isso me traz muito constrangimento, porque eu não sou bem aceita quando eu envolvo líderes de turma, quando faço menção de chamar alguns pais para participar do processo de orientação, eu recebo algumas críticas, embora eu tenha certeza que a melhor forma hoje de se trabalhar a nossa função é envolvendo todos os segmentos da escola, não só os professores, como os pais, direção, alunos e todos os segmentos, secretaria. A melhor forma de trazer bons resultados é com a participação integral. [...] Eu sempre trabalhei na linha de orientar o professor, naquilo que temos que observar no aluno, trabalhar a avaliação e, temos que dar mais ênfase na qualidade do aluno do que na quantidade. É o que eu considero ser suficiente para ele ser promovido.

As histórias de Lúcia e Vitória revelam o movimento de constituição da profissão de supervisor escolar, assim como desvela a identidade que foi constituída e vem se (re)constituindo mediante esse movimento. E, considerando a identidade do supervisor escolar como construção social nos modos de ser e estar nessa profissão, é possível crermos no movimento em direção a autonomia, já que diante do que narram as supervisoras, elas se reconhecem assumindo novo papel na função de supervisor escolar, o papel de coordenadoras do processo educativo. Mas, é preciso esclarecer que esse modo de ser e de estar na profissão, e que se encontra em construção, resulta do movimento concreto, histórico, no qual o supervisor mantém constante relação dialética com o mundo, transformando-o e sendo transformado. É isso que torna possível dizer que identidade é metamorfose.

Considerações finais

Diante da análise empreendida, podemos considerar, então, que o movimento de constituição da identidade profissional do supervisor escolar segue em direção a configuração de um novo papel. Ou seja, o supervisor escolar já não se reconhece como o super-visor da escolar, mas como um profissional que concebe a educação como uma atividade coletiva, onde todos participam e têm voz nas decisões, ele incorpora, então o personagem coordenador do processo educativo.

As histórias de Lúcia e Vitória evidenciam esse movimento da super-visão em direção à coordenação. Reconhecer-se como coordenadoras é assumir o compromisso com uma ação supervisora que valoriza, sobretudo, as ações e decisões coletivas; é romper com a pressuposição do supervisor que fiscaliza; é ter o desejo de concretizar uma nova identidade, uma nova forma de apresentar-se aos outros e assim ser reconhecida por eles, é dar um novo sentido à profissão.

Nesse sentido, podemos crer na possibilidade destas supervisoras concretizarem uma identidade que se caracteriza pela autonomia, tendo em vista a realidade que nos envolve tanto é favorável à desumanização (quando caímos na mesmice), quanto a possibilidade de que outras personagens possam ser concretizadas, o que confirma a

concepção de homem como um eterno “devir”, um “vir a ser”. No caso dos supervisores escolares, mesmo com as determinações sociais que limitam a atuação autônoma destes profissionais, a história dessas supervisoras revelam a possibilidade de concretizar uma outra identidade, que atenda às necessidades de realização profissional almejada por elas.

Referências

ARENDRT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BAPTISTA, M. T. **Identidade profissional**: questões atuais. In: INGO, C. et. al. Uma Psicologia que se interroga: ensaios. São Paulo: Edicon, 2002. p. 145-154.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BRAGA, D. de O. L. **As concepções de Supervisão Escolar e a prática dos supervisores egressos da UFPI**. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 1999.

CARROLO, C. formação e identidade profissional dos professores. In: ESTRELA, M. T. **Viver e construir a profissão docente**. Porto: Porto, 1997.

CARVALHO, M. V. C. de. O curso de pedagogia da UFPI: retrospectiva histórica e desafios atuais. **Linguagem, Educação e Sociedade**, Teresina - PI, v. 4, n. 04, p. 17-26, 1999.

_____. **Histórias de ser e fazer-se educador**: desvelando a identidade do professor universitário e suas possibilidades emancipatórias. 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

CIAMPA, A. da C. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. Identidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. **Psicologia Social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 58-75.

_____. Entrevista. **Construção. psicopedagógica**. Dez. 2006, vol.14, n.11, p.0-0. Disponível em: <http://www.pepsic.bvpspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141569542006000100002&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em 19 out. 2008.

_____. Políticas de identidade e identidades políticas. In: DUNKER, C. I. L.; PASSOS, M. C. **Uma psicologia que se interroga**: ensaios. São Paulo: Edicon, 2002. p. 133-144.

CODO, W. Relações de trabalho e transformação social. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.) **Psicologia Social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 136-151.

FERRAROTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (Org.) **O método (auto) biográfico e a formação**. Lisboa: Ministério da Saúde/ Departamento de Recursos humanos, 1988.

GATTI, A. O problema da metodologia da pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais. In:

RODRIGUES, M. L.; NEVES, M. P. (Org.) **Cultivando a pesquisa**: reflexões sobre a investigação em Ciências Sociais e Humanas. Franca: UNESP, 1998.

IMBERNÓN, F. **Aprender com histórias de vida**. Patio, Ano XI, n. 43, p. 09-11, ago./out. 2007.

LAURENTI, C.; BARROS, M. N. F. de. Identidade: questões conceituais e contextuais. **Revista de Psicologia Social e Institucional**. Paraná, v. 2, n. 1, p. 01-29, jun. 2000. Disponível em: <URL:<http://www2.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov2n13.htm>>. Acessado em: 25 de jan. 2008.

NOGUEIRA, M. G. **Supervisão Educacional**: a questão política. São Paulo: Loyola, 2000.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 2007.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SILVA, T. G. da. **O processo de constituição da identidade docente**: vozes de professoras alfabetizadoras. 2007. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

VASCONCELOS, C. Sobre o papel da supervisão educacional/coordenação pedagógica. In: _____. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002. p. 85 -118.